

LUTAS ESTUDANTIS E JUVENIS NA AMÉRICA LATINA

Diego Marques*

Introdução – Internalismo e Externalismo Estudantil e Juventude Marginal

O objetivo deste artigo é fazer uma análise das mobilizações estudantis e juvenis, tendo como objetivo os casos concretos que ocorreram na América Latina nos últimos anos. Para as mobilizações estudantis utilizaremos de duas categorias, uma que chamamos de internalismo, e outra que chamamos de externalismo; a primeira diz respeito às mobilizações estudantis que ocorrem dentro das instituições escolares e universidades, ao passo que a segunda categoria, a externalista, caracteriza-se por mobilizações estudantis que vão além dos muros das instituições. Como contraponto a estas formas de mobilização estudantil, apresentaremos a mobilização dos jovens piqueteiros, juventude lumpemproletarizada, que se mobilizou na Argentina na virada dos anos de 1990 para os anos 2000.

Entre as organizações estudantis latino-americanos encontramos duas trajetórias. Uma que trilha os caminhos das instituições onde os estudantes se encontram, e aqui não falamos das entidades, mas sim das diversas organizações, ideias, projetos que não se tornaram oficiais, mas que mesmo assim são mobilizações direcionadas para as instituições, são lutas dentro das instituições; e outra trajetória é a que segue pelos caminhos das lutas políticas de sua época, reivindicando demandas populares, da classe trabalhadora, do movimento camponês, ou mesmo em movimentos políticos vinculados às classes intelectual (reforma universitária) ou burocrática (reforma do Estado); essas ramificações do movimento estudantil estão direcionadas para fora das instituições.

A primeira trajetória das organizações estudantis tem a forma de mobilização interna, pois se mobiliza por objetivos especificamente estudantis, é um movimento estudantil internalista, ou uma mobilização dentro de uma instituição escolar. O outro tipo de trajetória das organizações estudantis se dá nas mobilizações que expressam interesses genéricos, a “demanda externa” se torna elemento principal, e as reivindicações expressam claros interesses de classe. Logo, estas mobilizações acontecem fora da escola: este é o movimento estudantil externalista, ou uma mobilização extra-institucional.

* Doutor em Ciências Sociais pelo Centro de Pesquisa e Pós-graduação sobre as Américas/CEPPAC da Universidade de Brasília/UNB e professor do Instituto Federal Goiano/IFGO.

Como contraponto às duas trajetórias de organizações estudantis, apresentamos uma outra forma de mobilização, a do jovem piqueteiro, fenômeno que nos ajuda a entender a diferença concreta entre organizações estudantis e organizações juvenis. O jovem piqueteiro é o jovem lumpemproletário, que no seu período de ressocialização deveria estar frequentando a instituição escolar, mas que devido à degradação extremada das condições de vida, sua família foi empurrada para a classe do lumpemproletariado, fenômeno que aconteceu em larga escala na sociedade Argentina na virada do século XX para o século XXI.

Atualmente, tanto nas organizações juvenis quanto estudantis, é forte a tendência de se organizar de maneira autônoma, que se baseia na luta direta e que não possuem hierarquias internas. A maior parte das mobilizações massificadas do movimento estudantil na atualidade, com exceção das ramificações conservadoras, não tiveram direção de organizações partidárias, de jovens ou estudantes filiados a partidos, ou mobilizações hierárquicas, ou voltadas para a representação política nas instituições do Estado. E no caso de campanhas que articularam várias organizações em torno de um objetivo comum, as organizações burocráticas foram submetidas à forma de mobilização autônoma compartilhada pelas demais organizações. No movimento juvenil e no movimento estudantil contemporâneo existe uma maior presença relativa das organizações autárquicas (VIANA, 2016b), que são independentes de partidos, do estado, sindicatos, organizações religiosas, ou outras instituições. São auto-organizadas e não têm como forma de organização a divisão entre dirigentes e dirigidos.

Agora os objetivos se diferenciam de acordo com a mobilização, e estes dão indícios que ajudam na análise do vínculo da organização. Os objetivos ajudam a entender a dinâmica internalista ou externalista das organizações estudantis, bem como diferenciá-la de uma organização de origem no movimento estudantil ou no movimento juvenil. Vamos utilizar alguns exemplos de trajetórias de mobilizações estudantis que são internalistas e externalistas e, ao final, fazer a comparação com um movimento juvenil também autônomo e de origem de classe, o movimento de jovens piqueteros

A relação das classes com o movimento estudantil é bastante complexa, porque este é um grupo definido pela instituição escolar e porque sua composição social é policlassista, daí que em épocas não-revolucionárias, os estudantes não são estimulados pelo movimento dos trabalhadores, ao contrário, tendências do movimento estudantil se

voltam para a prática de “despertar” os trabalhadores. Assim, a análise da relação de classe com o movimento estudantil depende da análise da trajetória que a organização percorreu. Se internalista a tendência é relacionar com várias classes, expressando interesses genéricos, quando a ramificação não se pauta pelos interesses específicos do grupo; sendo de trajetória externalista, a ramificação pode ter um vínculo mais íntimo com determinada classe e assim tomar como interesses seus o interesse da classe com a qual se solidariza.

Nesse sentido, se torna importante conhecer quais ideias tal ramificação está identificada, daí a atuação regular da tendência que orienta os estudantes a atuarem em defesa da classe trabalhadora, dos camponeses, dos moradores de bairro de periferia, etc. Logo, a orientação que se estabelece em tal forma de mobilização passa a “expressar interesses de movimentos políticos dentro do movimento social” (VIANA, 2016a, p. 44). O movimento estudantil não pode simplesmente seguir uma classe, pois ele é policlassista, entretanto, tendências podem se vincular a classes, e mais exatamente, uma determinada elaboração de ideias pode inclusive negar sua identidade estudantil e se afirmar na sua identificação como “povo”, “proletário”, “periférico”, etc. Contudo, tal identificação não deixa de trazer consequências para o desenvolvimento prático de sua mobilização, consequências que iremos analisar no final deste trabalho.

Os movimentos estudantis latino-americanos de trajetória internalista, ou de mobilizações dentro das instituições escolares, aconteceram e vêm acontecendo como reação direta às reformas no setor da educação, e nas últimas décadas é a renovação neoliberal do estado e das políticas educacionais o motor direto dessas mobilizações. Com planos e metas elaborados pelos organismos financeiros internacionais (FMI, Banco Mundial, BID, etc.) em troca de financiamento da dívida pública, os Estados Neoliberais aderiram ao “ajuste neoliberal”, tal como analisado por Laura Tavares Soares em sua tese:

Queremos destacar que essa ideologia espalhou-se para além dos limites do setor produtivo, estendendo-se para a Área Social, como a Saúde e a Educação, onde a "superioridade" do setor privado foi também apregoada. Durante muitos anos a lógica privatista dominou esses setores (entre outros) do ponto de vista das políticas e práticas governistas. Os resultados são facilmente verificáveis, não causados pelo "excesso" de Estado, mas pela sua privatização interna. Aqui podemos encaixar, na sequência, outra ideia cara ao neoliberalismo (e explicitada no receituário do FMI e do consenso de Washington) que é a do estabelecimento de um "Estado Mínimo" que cumpra apenas com algumas funções básicas como a educação primária, a saúde pública e a criação e manutenção de uma infraestrutura essencial ao desenvolvimento econômico. Ou seja, a proposta era a de que o Estado se afastasse das funções que não

fossem "prioritárias" para a alavancagem de um desenvolvimento "autônomo e "auto-sustentado" (SOARES, 1995, p. 177).

Nesse sentido, aconteceram em diferentes países na América Latina e são um sintoma da transformação neoliberal do Estado capitalista subordinado no continente. Os investimentos estatais em educação são reconfigurados, sendo orientados para a educação básica (alfabetização) e nos demais níveis de ensino a orientação privatista, que em termos de gasto no orçamento, não significou redução de verba, mas sua transferência para o setor privado.

A precarização e a privatização do sistema público de ensino foram contestadas pelo movimento estudantil em diferentes países. Essa transformação dentro das instituições encetou diversas mobilizações estudantis internalistas, que ainda continuam acontecendo.

A Dinâmica Internalista no Chile

O caso chileno é esclarecedor desse processo, pois foi um dos primeiros países a realizar a reconfiguração do sistema de ensino, transformando-o em sua essência em um sistema privado, desde fins da década de 1970, até ser contestado de frente pelas mobilizações estudantis no começo dos anos 2000.

Com um curto período de refluxo, resultado direto da extrema repressão do ditador Pinochet, na primeira parte da década de 1980, encontramos uma intensa mobilização juvenil, abarcando estudantes, jovens desempregados, de movimentos culturais, organizações juvenis, que remonta aos anos de 1960, passando pelo contexto do governo Allende e a movimentação proletária e demais setores, avançando para a oposição à ditadura, e em seguida opondo-se aos efeitos das reformas neoliberais ao longo da transição dos anos de 1980 e 1990 e o fim da ditadura de Pinochet.

Para o caso chileno, as movimentações estudantis contemporâneas possuem dois momentos cruciais: o ano de 2006 com a revolta generalizada entre os secundaristas; e em 2011, com a mobilização estudantil dos jovens universitários apoiada por amplos setores da população, inclusive jovens não estudantes, reunidos em organizações políticas, culturais, desempregados, etc. Há, no Chile, um grande movimento de resgate de concepções políticas, sobretudo, da tradição anarquista, que se espalha e agita entre os jovens estudantes. Apesar de as informações serem dispersas e em pouca profundidade, sabe-se da existência de várias rádios comunitárias, jornais e coletivos políticos,

encontros e seminários, manifestações de rua, e é nestes espaços que a juventude chilena experimenta uma sociabilidade alternativa e marginal às relações sociais dominantes na sociedade, levando para o movimento estudantil práticas e relações sociais que questionam a situação estudantil e aspectos da sociedade chilena.

A libertação para a radicalização do movimento estudantil ocorre com a onda de manifestações conhecida como “*El Mochilazo*” no início do ano de 2001, ocasião em que os estudantes se organizaram para rever o sistema de concessão de passe escolar no sistema de transporte de Santiago; o tipo da organização e a vitória dos objetivos do movimento abrem uma nova era para o movimento estudantil chileno:

A comienzos del año 2001, una serie de manifestaciones de los estudiantes secundarios lograron “estatizar”, dentro de un sistema de gerencia privada del transporte colectivo, la administración del “pase escolar”, documento que permite a los estudiantes tener una tarifa reducida en el transporte colectivo. Dos días de manifestaciones, cada una con más de 10 mil manifestantes, diez días de paro en los establecimientos más importantes de la comuna de Santiago y un escándalo de corrupción producido por el giro de pagos de los pases escolares hacia la cuenta bancaria de un dirigente del transporte, finalizaron con el regreso de la administración del pase escolar al Ministerio de Educación. A partir de “el Mochilazo”, el mundo de los estudiantes secundarios comienza una serie de transformaciones a nivel de organización política y social, un proceso que vería los resultados en solamente cinco años (TORRES, 2010, p. 12).

Passado este primeiro ensaio de mobilização estudantil, com os objetivos garantidos, em cerca de cinco anos uma nova onda de organização, mobilização e conscientização dos interesses estudantis marca a emergência do movimento chamado “*Revolución de los Pingüinos*”. No começo do governo de Michele Bachellet explodem as primeiras manifestações contra o limite do passe escolar (dois por dia) no início do mês de abril de 2006 e contra o aumento no valor da *Prueba de Selección Universitaria*.

Surgem manifestações pontuais, com cortes de pista, assembleias e paralisações na busca de pressionar as autoridades. Porém, os canais de diálogo do governo não fluíam devido à nova posição autônoma da organização estudantil. Revivendo aos acontecimentos do “*Mochilazo*”, a mobilização dos “pingüinos” ocorre no contexto de rompimento do movimento estudantil com organizações burocráticas e vinculadas a partidos políticos ou instituições do Estado Chileno. A ruptura dá-se em fins dos anos de 1999 e começo dos anos 2000, com os estudantes abandonando organizações como a FESES (“*Federación de Estudiantes Secundarios de Santiago*”) e a “*Parlamento*

Juvenil”, todas estas com membros com ligações com autoridades estatais, partidárias e religiosas.

En un “congreso de refundación” de la FESES del año 1999, último año de existencia de la tradicional federación, la “Asamblea Coordinadora de Estudiantes Secundarios” (ACES), fue propuesta como una nueva organización, de tipo “horizontal” y “autónoma” de la tutela de los partidos políticos. Dos factores se presentan como elementos principales de explicación de este proceso: de una parte, el quiebre de la mayoría de los estudiantes políticamente activos con la forma de organización tradicional partidaria y, por otra parte, la definición de posturas divergentes entre los establecimientos y organizaciones de la periferia de Santiago con los establecimientos del centro de la capital (TORRES, 2010, p. 8).

Libertado das amarras das imposições partidárias e institucionais, o movimento estudantil em Santiago do Chile passa a viver uma nova fase, marcada pela massificação da mobilização e pela consolidação de métodos de mobilização que têm como objetivo paralisar e ter maior pressão sobre as autoridades. Tais métodos que se generalizam são os métodos de corte de pista, ocupações, paralisações e greves, propaganda generalizada, atividades culturais, etc. Sob a criação da ACES, aglutinando diversos coletivos locais, vimos um movimento estudantil atuante e organizado, reagindo a mediadas governamentais e também propondo projetos de políticas públicas. Assim, em 2006, passaram-se seis anos de mobilização estudantil, amadurecidos pelas experiências de ruptura política e de conquista de reivindicações.

No interior dos agrupamentos mais mobilizados algumas reivindicações amadureciam, refletindo um alto grau de conscientização dos estudantes acerca de sua inserção na sociedade. Depois de 2001 amadurece a consciência de conquista dos objetivos de: desmunicipalização da educação, pois no Chile é através da municipalidade do ensino que é transferido dinheiro público e financiada a educação privada; reforma da *Ley Orgánica Constitucional de la Educación* (LOCE), sistema jurídico que estrutura o ensino chileno, sendo este voltado para objetivos mercadológicos; e por fim, a necessidade de estruturar programas acadêmicos e atividades que justifiquem a Jornada Escolar Completa (JEC), o ensino integral no Chile (TORRES, 2010).

Por outro lado, demandas imediatas se fortalecem, como a necessidade anual de reivindicar o direito ao passe escolar e contra os altos custos das taxas de provas universitárias. Quando do início das primeiras mobilizações em abril de 2006 o governo não se dispôs em negociar com o movimento, e a inexistência de lideranças estudantis aumentava o fosso entre o movimento e as instituições burocráticas do Estado; o

movimento em torno da ACES mantém coesão, e as ações locais, por colégio, dificultam a contenção. Com a intensificação da mobilização, a resposta repressiva é também aumentada, e como em diversos outros contextos repressão resultou em aumento da mobilização:

A comienzos de mayo, diversas manifestaciones fueron reprimidas por carabineros, especialmente la manifestación del jueves 4 de mayo que termino con la inédita suma de 622 participantes detenidos. A consecuencia del impacto mediático de ésta última manifestación, el Ministro de Educación, M. Zilic, propone un programa de trabajo con los dirigentes de los establecimientos más representativos de Santiago. Sin embargo, la proposición no produjo satisfacción a todos los estudiantes secundarios. Las reivindicaciones de los estudiantes exigían todavía la gratuidad de la PSU y del “pase escolar” para los tres quintiles más pobres de la población y sumaban como reivindicación una revisión de la “JEC”. La jornada de “paro nacional” del 10 de mayo será recordada como una de las más violentas durante la movilización de los estudiantes secundarios, la que termina con más de mil manifestantes detenidos a nivel nacional (TORRES, 2010, p.13).

Em seguida, uma série de ocupações de centenas de escolas secundaristas em todo o território nacional pressiona ao governo de Bachelet a abrir negociações e apresentar medidas concretas para os estudantes. Nesta nova fase, marcada pela autonomia, auto-organização e ação direta, o movimento estudantil logra conquistar suas demandas, intervir politicamente e se organizar. A *Revolución de los Pinguinos* finaliza com importantes vitórias para o movimento:

Finalmente, en un hecho inédito, el jueves 1 de junio, la presidenta Bachelet se dirige a la nación en cadena nacional de radio y televisión para anunciar nuevas medidas. Concretamente, el anuncio presidencial proponía: la gratuidad de la PSU y del pase escolar para los cuatro quintiles más pobres de la población. El aumento de becas de alimentación, la inversión en infraestructura para 500 establecimientos, la creación de un proyecto de ley para mejorar la educación et la constitución de una “Comisión Presidencial” para revisar la JEC y la LOCE (TORRES, 2010, p. 17).

No ano de 2011 novas mobilizações estudantis estouram no cenário político nacional chileno; desta vez, os estudantes universitários é que se mobilizam. De fato, estes jovens universitários são o resultado da mobilização daqueles estudantes secundaristas no ano de 2006, agora amadurecidos pela vida acadêmica, e mais importante ainda: a experiência de luta dos anos passados. A mobilização começou quando convocatórias chamaram para debater a ineficácia do sistema de bolsas e os problemas com o crédito nacional estudantil; inicialmente, reuniões e pequenas manifestações de rua chamaram a atenção para o problema anual com o pagamento das matrículas e financiamento do curso, mas tão logo as manifestações ganharam consistência, tanto em termos de adesão quantitativa, quanto de formulação de objetivos

claros, assim, a consolidação do movimento avança para o questionamento do projeto dominante de educação, propondo uma educação pública a partir de três pontos: “1) *Acceso con equidad, calidad, integración y heterogeneidad social en la matrícula*; 2) *Aumento del financiamiento público de la educación* y 3) *Democratización del sistema educativo y las instituciones* (Urta, 2012).” (CUBIDEZ, 2014, p. 13).

Esta mobilização se somou à antiga mobilização dos estudantes secundaristas por desmunicipalização da educação. Além disso, diversos movimentos sociais, organizações políticas, familiares, jovens desempregados, enfim, diversos setores da sociedade civil, apoiaram a mobilização estudantil por educação gratuita, culminando nas maiores manifestações de rua na sociedade chilena desde muitas décadas, provavelmente desde o período anterior à ditadura de Pinochet:

En el mes de junio tuvieron lugar las manifestaciones más masivas convocadas conjuntamente por la CONFECH, las organizaciones de los estudiantes secundarios y el Colegio de Profesores; las marchas, paros y jornadas de movilización contaron con la participación y el apoyo masivo de otros actores y sectores de la sociedad. Las consignas fueron claras y contundentes: ¡Fin del lucro en la educación! ¡A desmunicipalizar sin privatizar! Democracia en las Escuelas, Institutos y Universidades ¡No más endeudamiento! ¡Chile se une para recuperar la educación pública! ¡La educación chilena no se vende, se defiende! El movimiento estudiantil se estaba prefigurando como un amplio movimiento social y ciudadano por la educación pública (CUBIDEZ, 2014, p. 13/4).

Na tentativa de responder ao movimento, o governo chileno irá propor o *Gran Acuerdo Nacional por la Educación*, mas os estudantes universitários, secundaristas e professores fazem uma contraproposta, chamada *Bases para un Acuerdo Social por la Educacion Chilena* objetivando a educação pública:

La educación pública debe ser gratuita, en todos sus niveles, entendiendo que el Estado debe proveer de los recursos necesarios para garantizar de manera plena el derecho sin ningún tipo de restricción socioeconómica (CUBIDEZ, 2014, p. 14).

Um dos principais momentos da generalização da mobilização em 2011 se deu com a organização de duas mega-marchas, a *Marcha familiar por la educacion* e o *Domingo Familiar por la educacion* realizadas no mês de agosto, uma grande demonstração de forças da mobilização, com a incrível capacidade de atrair um grande contingente da população nacional em torno do debate sobre a educação. Nos anos seguintes, tramitará uma nova lei da educação nacional, incorporando as demandas estudantis e buscando ampliar o ensino gratuito no Chile. A reflexão sobre a nova lei foge

aos objetivos deste trabalho, entretanto, a constatação de que a mobilização conseguiu alterar o sistema legislativo é uma informação de extrema relevância para este trabalho.

O movimento estudantil pela educação gratuita se torna vitorioso sem lideranças, nenhuma organização de vanguarda, ausência de estruturas hierárquicas e autonomia em relação às instituições estatais, partidárias ou religiosas; e outro fato igualmente notável: a inexistência de organizações de adultos (sejam elas de professores, sindicatos, partidos, instituições do estado), sendo todo o espaço de mobilização movimentado e dirigido pelos estudantes.

A Dinâmica Internalista na Colômbia

Também na Colômbia as ramificações do movimento estudantil de trajetória internalista se contrapuseram às reformas neoliberais da educação. A mobilização configurou-se de forma autônoma, através da luta direta, sem lideranças e divisão de hierarquias dentro das organizações. A trajetória internalista do movimento estudantil se reorganiza com a proposta de reforma de Lei de Educação Superior apresentada pelo presidente Juan Manuel Santos em março de 2011. A articulação produz a Mesa Ampla Nacional Estudantil e a proposta de Lei Alternativa da Educação Superior. O rechaço à nova lei era devido aos seus objetivos: "el desmonte sistemático del financiamiento público, en las alianzas 'público-privadas' para la apertura a inversionistas privados con animo de lucro" (CUBIDEZ, 2014, p. 10), que gerou insatisfação dos estudantes que a compreenderam como contrapartida à reestruturação do mercado de trabalho. A Mesa Ampla Nacional Estudantil se definiu como:

un espacio amplio, democrático, pluralista, de orden local y nacional que aglutina las diferentes expresiones organizativas del estudiantado colombiano" (Prensa Estudiantil, 2011b), organizada a partir de tres instancias de coordinación: un plenario nacional, como instancia máxima de decisión sustentada en la forma asamblearia con participación libre y directa; los comités operativos, orientados a dirimir los disensos y dinamizar los consensos del movimiento en los tres ejes de acción establecidos: lo programático, lo organizativo y la agenda de movilización (MANE, 2012); y las vocerías nacionales rotativas que actuarían como interlocutores del movimiento a nivel nacional, sin intermediación ni representación de organizaciones ni instituciones a nivel particular. Las vocerías tuvieron como función principal las mediaciones y relaciones con el gobierno, los medios de comunicación y la opinión pública y los procesos de articulación continua con los sectores sociales y populares (CUBIDEZ, 2014, p. 11).

A forma de organização interna da MANE se caracterizou pela pluralidade de ideias, decisões por assembleia, luta direta, sem burocracia e representação, bem como

pela rotatividade das funções, como alternativa à divisão de funções e contra a representação. Já a forma de mobilização buscou pressionar as autoridades governamentais através da mobilização da sociedade civil:

“La apelación a formas mas creativas, culturales y artísticas no es un elemento exclusivo de esta generación de activistas juveniles, los estudiantes históricamente han combinado formas de protesta tradicionales (paros, marchas, bloqueos, tomas, tropel...) con acciones más lúdicas y creativas; de la actual experiencia de movilización destacamos la novedad de los abrazatones y besatones por la educación, la marcha de antorchas, los festivales y carnavales que acompañaron las jornadas de movilización, los flashmobe, las innumerables expresiones audiovisuales que inundaron conjuntamente las calles y las redes sociales y la participación directa en espacios institucionales de representación política, es el caso de la intervención de los voceros nacionales en audiencias públicas en el Congreso de la República” (CUBIDEZ, 2014, p. 11).

Contudo, essa orientação civilista do movimento estudantil colombiano, não quer dizer que seja uma trajetória externalista, mas sim que para atingir os objetivos específicos dos estudantes somente era possível através de uma luta auto-organizada e atraindo os diferentes setores e classes da sociedade para o apoio à demanda estudantil. Por outro aspecto, essa configuração da mobilização (lúdica, criativa, beijaços, carnavais combinados com marchas, flashmob) tem de ser compreendida como mobilização que crítica das organizações burocráticas e das entidades oficiais do movimento estudantil e busca satisfazer necessidades estudantis através da própria auto-organização. Por outro lado, a influência da ideologia pós-estruturalistas em algumas ideias do movimento estudantil conduz alguns analistas para a análise ingênua e abstraída do contexto social em que surge

Frente al ordenamiento jerárquico, centralizado y dirigido por una idea evolucionista de desarrollo y de destino común preestablecido (que en el actual momento histórico toma la forma de la necesidad de insertarse en la globalización mercantil), emergen modos moleculares de agrupación y de participación de los jóvenes caracterizados por ser cambiantes, múltiples, informales, sin jerarquías definidas, no orientados por ideas trascendentes de política ni por universalismos esencialistas (de “bien general”, “ley”, “justicia”), pero que permanentemente transforman el llamado “orden social” y hacen evidente que otro mundo se crea y se efectúa constantemente” (CUBIDEZ, 2014, p. 115).

A inexistência de um projeto político no movimento estudantil contemporânea abre espaço para esse tipo de “enquadramento interpretativo”. Contudo, analisando a trajetória internalista, não podemos concordar que essas novas mobilizações sejam resultado de uma ação individual que se faz pela simples vontade de contestar, ela demonstra a crítica das instituições do Estado (partidos, eleições, políticos profissionais,

etc.) e um modo de atuar que não está voltado para obter representação ou inserção nas instancias de decisão. Nesse sentido a participação nas audiências públicas estava vinculada a outras estratégias que envolvia marchas, cortes de rodovias, produções culturais, panfletagens, enfim, mobilizações que buscam envolver o conjunto dos estudantes de forma auto-organizada, e não através de mecanismos de representação política e organização burocrática.

A trajetória internalista pode até desenvolver a ação civilista¹ para pressionar as autoridades governamentais com o apoio de setores da população, com a chamada “força das ruas”, mas o seu conteúdo (objetivos, ideias, organização) ocorrem como um desdobramento da luta dentro das instituições escolares. Em outro caminho trilhado, a trajetória externalista do movimento estudantil busca influir nas lutas políticas da sociedade, interferindo nos rumos dos acontecimentos e defendendo determinados interesses. Essa trajetória, por si só, não significa uma consciência da auto-organização estudantil que, como vimos, desdobra-se atualmente nas lutas estudantis internalistas, assim como dentro das instituições escolares outras instituições interferem nas organizações estudantis, também nas mobilizações externalistas outras instituições podem interferir (partidos, associações, sindicatos, grupos religiosos, grupos políticos, etc.) e efetivamente nesse caminho as mobilizações estudantis se tornam mais suscetíveis de estar vinculadas a outros grupos. A trajetória externalista somente significa que se dá fora da instituição.

A Dinâmica Externalista no Brasil e no México

Para identificar a trajetória externalista de ramificações do movimento estudantil, vamos analisar, brevemente, dois casos: o movimento caras-pintadas no Brasil, em 1992, e o movimento Yo Soy 132, no México, no ano de 2012.

Em outra parte do continente latino-americano também a mobilização estudantil permanece ativa desde as últimas décadas, tratando-se da sociedade mexicana. Impulsionada por outras movimentações mais gerais no contexto mexicano (tais como movimentos de classe do campesinato, proletariado, reestruturação capitalista, reformas

¹ Ação civilista é um termo cunhado por Nildo Viana, na obra *Os Movimentos Sociais* (2016), e busca explicar a dinâmica dos movimentos sociais que não têm como foco de sua atuação o Estado, mas sim a sociedade civil, buscando organizar grupos, organizações, indivíduos dentro da sociedade civil.

na estrutura do estado e lutas políticas mais amplas), o movimento estudantil no México age em contexto de intensa transformação social, com a juventude crescendo e sendo socializada em uma sociedade em crise social permanente e subordinada aos interesses neoimperialistas dos EUA na região, intervenção que ocorre desde o favorecimento à expansão econômica das indústrias de tipo *maquillas*, crescimento do tráfico de entorpecentes, submissão aos interesses comerciais dos EUA, intervenção militar indireta, e sobretudo em estratégias preventivas contra os movimentos sociais e de classe que regularmente explodem no México.

Recentemente, o Movimento *YoSoy132* iniciou-se como parte da rejeição ao projeto neoliberal representado pelo então candidato presidencial Peña Nieto. Rapidamente a rejeição generalizada entre os estudantes estimulou a criação de reuniões e da organização de assembleias em diversas universidades para debater mecanismos de contestação ao candidato. O objetivo que reunia a todos os jovens estudantes era o de barrar a candidatura de Peña Nieto, além da crítica ao monopólio dos meios de comunicação que somava-se ao primeiro objetivo. Exemplar da mobilização do Movimento *YoSoy132* foi a ocupação de rede de televisão Televisa, ocasião em que o movimento apresentou o seu manifesto, que em determinado momento afirmava buscar os seguintes objetivos:

[...] un movimiento estudiantil y social, político, apartidista, pacífico, autónomo, antineoliberal, independiente de los partidos, candidatos y organizaciones que responden a un programa electoral; un movimiento democrático donde la toma de decisiones emana de sus asambleas locales y generales, que ha trascendido la coyuntura electoral y seguirá organizándose y luchando para transformar profundamente a México, como contrapeso a cualquier decisión y política que vulnere los derechos e intereses de nuestro pueblo (CUBIDEZ, 2014, p. 17).

A rejeição ao candidato presidencial em 2012 foi somente o estopim de sentimentos e necessidades latentes para uma parcela dos estudantes mexicanos. A mobilização do movimento *Yo Soy 132* iniciou-se dentro das universidades, motivada por um discurso de campanha de Peña Nieto na Universidad Iberoamericana que mobilizou os estudantes, sendo a quase totalidade da base social desta mobilização, mas em nenhum momento se restringiu ao ambiente institucional universitário.

Os objetivos da campanha *Yo Soy 132*, que aglutinou centenas de organizações estudantis e milhares de estudantes, eram se contrapor ao projeto neoliberal, às constantes denúncias de fraudes no sistema eleitoral e à cobertura dos meios de comunicação,

identificados como alinhados ao projeto de transformação Neoliberal do Estado. Em nenhum momento reivindicações especificamente estudantis hegemonizaram a campanha, que tinha como objetivo alterar o quadro das políticas estatais.

Em outro aspecto, a forma de mobilização reproduziu elementos que já vimos em outras ramificações do movimento estudantil, como organizações autônomas, funcionando sobre o esquema da horizontalidade, rotatividade, sem lideranças e representação, opondo-se à forma de mobilizar-se característico das organizações burocráticas. A força e crescimento da campanha foram expressadas por Raúl Romero:

Mientras en los principales noticieros de Televisa intentaban disminuir el impacto de la protesta, en las universidades y en las redes sociales la gente comenzaba a organizarse. Los estudiantes de la Ibero crearon el colectivo #Másde131 y animaron la formación de la Coordinadora Interuniversitaria, la cual agrupó a estudiantes de diferentes instituciones públicas y privadas de educación media superior y superior. La tarea principal de la coordinadora fue organizar en una red de redes a los miles de colectivos que se iban sumando [...] Así sucedió el 30 de mayo, fecha en la que más de 6 mil jóvenes asistieron a las instalaciones de la Universidad Nacional Autónoma de México a la primera reunión del #YoSoy132. Al principio, hubo mucha desorganización: algunos estudiantes enfocaban todas sus propuestas para incidir en las elecciones, otros argumentaban la necesidad de trascender el proceso electoral y no faltó quien emotivamente habló sobre derrocar al Estado y su democracia burguesa (ROMERO, 2018, p. 115).

Embora mobilizando estudantes e muitas vezes reunidos em universidades, a mobilização se dava basicamente nas ruas da Cidade do México, em ocupações dos meios de comunicação (Televisa e TV Azteca) e com reivindicações genéricas, embora como Romero deixa entrever, reivindicações universalistas, como o fim do domínio da burguesia também apareceram, embora de forma marginal na organização. Outro aspecto da mobilização que o autor destaca é o “caráter lúdico e festivo” das manifestações da campanha *Yo Soy 132*, lembrando a posição dos participantes quando ocuparam a sede da Televisa: “los policías encargados del resguardo del edificio se sorprendían al ver que los jóvenes no los confrontaban, todo lo contrario; les leían poesía y hasta los invitaban a bailar” (ROMERO, 2018, p. 116). Aqui, onde Hardt e Negri poderiam ver o militante contra o império, diferente do “agente triste e ascético” da Terceira Internacional, subjaz a crítica da organização burocrática, sendo ironizada e ridicularizada, mas de acordo com ideias vinculadas à corrente crítica da ideologia pós-estruturalista.

O caminho das lutas externalistas no México encontra-se em aberto, e por isso as mobilizações estudantis vêm sendo alvo constante de uma das mais claras facetas do Estado neoliberal, a intensificação da repressão. Em 2014, com o desaparecimento e

assassinato de 43 estudantes na cidade de *Iguala, Ayotzinapa*, as mobilizações estudantis foram novamente despertadas. Em uma visão histórica, percebe-se que as mobilizações estudantis no México respondem a um contexto social mais amplo, processo que podemos remontar em sua explosão inicial com o levante armado do EZLN em 1994, o que precipitou a emergência de diversas organizações estudantis influenciadas pelo discurso zapatista e também confluiu com mobilizações estudantis contra as reformas neoliberais das universidades ao longo da década de 1990.

No Brasil do ano de 1992 o presidente Fernando Collor foi impedido de seu mandato por uma série de mobilizações de vários setores da sociedade brasileira. Entre os principais participantes do “Fora Collor” estavam os estudantes. O primeiro esclarecimento a se fazer é que a saída do presidente não foi resultado da mobilização de um movimento social, como poderia parecer dado à relevância que os meios de comunicação deram aos “cara-pintada”, estudantes que participaram do processo de impeachment. Não foi um movimento social que tirou o presidente, mas a combinação da atuação de vários setores e classes da sociedade brasileira, e os motivos dessa coalizão não interessam imediatamente a este artigo. Interessa a participação dos estudantes nessas mobilizações, a constituição da mobilização estudantil externalista, fora das instituições escolares, mas sob hegemonia de setores e classes sociais da sociedade brasileira. O verbete sobre o movimento cara-pintada no site da Fundação Getúlio Vargas diz o seguinte:

Em 29 de maio, na ABI, teve lugar o Fórum pelo Impeachment. O Fórum, organizado pelo Movimento pela Ética na Política, contou com a participação de entidades da sociedade e de partidos (PT, Partido Comunista do Brasil [PCdoB], Partido Socialista Brasileiro [PSB], Partido Popular Socialista [PPS], Partido da Social Democracia Brasileira [PSDB], PMDB, representado parcialmente, CUT, Sindicato Estadual dos Profissionais do Ensino [SEPE], União Nacional dos Estudantes [UNE], União Brasileira de Estudantes Secundaristas [UBES] e União da Juventude Socialista [UJS]) [...] Novamente a bandeira da UNE, que tivera importante papel nos movimentos de resistência à ditadura militar, tomava as ruas e chegava à mídia. Lindberg Farias, paraibano de 22 anos, filiado ao PCdoB, filho de um ex-militante da Ação Popular e vice-presidente da UNE em 1961, era o presidente.

Coberta pela grande imprensa, a manifestação dos estudantes de São Paulo foi comparada com o movimento estudantil de 1968, cuja história romanceada ocupava as telas de televisão. Sem deixar escapar as diferenças entre os dois movimentos, as reportagens sobre as manifestações pró-impeachment reforçavam o caráter irreverente e apartidário dos jovens do início dos anos 1990, que saíram para as ruas não para revolucionar o mundo, mas para exigir ética ao poder público (FGV/CPDOC, 2019).

Nada de greve estudantil, ocupação de salas de aula, reivindicações estudantis, etc. Reuniões com partidos e outras associações de classe dão a dinâmica do movimento estudantil quando suas ramificações seguem uma trajetória externalista. Os objetivos da trajetória externalista também explicam essa forma de mobilização, e no caso do “Fora Collor”, as reivindicações estudantis foram marginalizadas em torno de uma única questão:

No entanto, não chegamos a perceber, no movimento pelo impeachment, “a convergência de temas sócio-políticos diversos”, posto que o debate centrou-se exclusivamente na cassação do mandato do presidente Collor. Não houve, excetuando-se em raros momentos, uma discussão sobre temas mais profundos [...] Percebemos a existência de outros temas, além do impeachment, que, inclusive foram veiculados nos panfletos distribuídos nas manifestações e também nos discursos. Crítica à política educacional; às privatizações; ao sistema previdenciário; ao desemprego. No entanto, acreditamos que a possibilidade do impeachment foi, sem sombra de dúvidas, o que realmente motivou e guiou a mobilização (DIAS, 2008, p. 15).

O Fora Collor foi hegemônico por interesses genéricos. No caso uma insatisfação com a corrupção generalizada na sociedade brasileira, mas que também encontrou ressonância nas classes privilegiadas atingidas pelas medidas do governo Collor². Os objetivos especificamente estudantis foram marginalizados na Campanha Fora Collor, e quando o presidente caiu, o movimento estudantil que se forjou ao redor da campanha também deixou de mobilizar (DIAS, 2008).

A trajetória externalista das ramificações do movimento estudantil está sob maior influência das classes sociais, de suas organizações e representantes sobre o movimento estudantil. A principal organização estudantil a aderir ao Fora Collor foi a UNE, mas sua atuação só alcançou a força que teve devido à grande participação da “base estudantil”:

A UNE, por sua vez, teve um papel fundamental na criação desse “produto”, pois acabou funcionando como um elemento aglutinador dos estudantes. Ao mesmo tempo em que reunia em torno de si os estudantes, aumentava o seu prestígio junto às instituições e à sociedade. A exposição dos jovens na mídia colocava a UNE em evidência por todo o país. Com uma atuação modesta no cenário político, desde o final da década de 70, a UNE foi rapidamente alçada ao estrelato. Lindbergh Farias - à época presidente da UNE - em reunião com o presidente do Senado, Mauro Benevides, sela o apoio da UNE ao processo de impeachment. Desta forma, a entidade acaba tornando-se a maior organizadora de passeatas contra Collor (DIAS, 2008, p. 11).

² Na década de 90, os estudantes encontravam, geralmente, nas ruas a aceitação do seu protesto, e as forças policiais agora os protegiam, organizando o trânsito para as suas manifestações. Ao contrário do movimento estudantil de 20 anos atrás, os estudantes pareciam ter ganho a simpatia da grande maioria da população, dando margem à participação de outros setores que aderiram ao movimento pró impeachment (BARBOSA, 2002, p. 9).

A participação em bloco dos estudantes, que ficaram conhecidos como “caras-pintadas”, pode-se dizer que conformou uma ramificação do movimento estudantil, que acompanhou as mobilizações de outras organizações, setores, associações de classe. Tal atuação deu uma nova orientação às entidades existentes, que inclusive saíram do estágio anterior de paralisia. E nesse sentido, seus dirigentes aderiram à ideia que parecia a mais assimilável dentro daquele movimento especificamente contra o presidente Collor. Assim o vice-presidente da UNE na época, Lindberg Farias, hoje senador pelo PT, pôde esboçar a nova demanda estudantil: O movimento estudantil hoje é outro (...) mudou pelos próprios estudantes. Eles despertaram e começaram a descobrir o que é lutar verdadeiramente pela cidadania. É uma geração que tem consciência de cidadania (FARIAS apud MISCH, 1997, p. 134).

O movimento estudantil é altamente suscetível às influências sociais dominantes no momento, isto devido ao caráter de transitoriedade que marca o grupo situacional dos estudantes. Assim, de uma geração de estudantes para outra, novas demandas, reivindicações e organizações podem surgir, alterando a configuração do momento anterior, ora mais conservador, ora mais revolucionário (CONCEIÇÃO, 2016). Quando a trajetória de suas ramificações envereda pelo caminho externalista, a força das influências externas se faz ainda mais presente. No caso específico analisado, as forças sociais (classes, grupos, organizações, ideias hegemônicas) se impõem ao movimento estudantil, em outros contextos e mobilizações as condições dadas não foram estas.

A Dinâmica do Jovem Marginal na Argentina

Contrapondo essas duas trajetórias das ramificações estudantis, iremos apresentar uma ramificação do movimento juvenil que não possui trajetória internalista nem externalista, pois não tem a instituição escolar para sair dela. Na verdade, os setores da juventude vinculados às classes desprivilegiadas vão sendo aos poucos excluídos das instituições escolares; para os jovens que estão insatisfeitos com determinada situação e encontram na classe a que pertencem a alternativa coletiva para resolver sua insatisfação, eles só têm de agir junto com sua classe. Uma manifestação concreta dessa relação se deu com a constituição do movimento piquetero, que é o movimento do lumpemproletariado e que produziu seu setor de jovens piqueteros. Estes, combinaram a insatisfação da classe, a exclusão da divisão do trabalho, com elementos da ressocialização juvenil, criando o

setor juvenil do movimento piquetero, e imprimindo nele elementos próprios de sua situação social.

A emergência do movimento piquetero arrastou consigo um setor dos jovens, os desempregados, que passaram a formar parte do movimento. Esse movimento foi político, movimento da classe marginal na divisão social do trabalho, um movimento do lumpem, portanto, não foi um movimento juvenil, mas sua força e as condições de vida da juventude bonaerense acabaram por criar um setor juvenil piquetero. Na crise social Argentina de final do século XX, as condições de vida da juventude acompanharam a degradação geral das condições de vida da população:

A juventude bonaerense constitui o grupo etário que, majoritariamente, já inicia seu processo de ressocialização (cf. VIANA, 2009a) marginalizada na divisão social do trabalho e com uma forte tendência a consolidar-se nessa condição, quer dizer, o processo no qual ela se prepara para realizar uma integração completa na sociedade já ocorre em condições de inteiro despojo da propriedade sobre suas condições materiais de existência. Consequentemente, se vê impossibilitada de reproduzir sua vida com seus próprios meios de produção, não conseguindo obter regularmente seus meios de vida sob a forma salário. Portanto, a intensa lumpemproletarização faz com que esse processo de ressocialização ocorra em condições de grande incerteza, instabilidade, medo, frustração e revolta. Tais condições foram amplamente canalizadas para a luta no movimento piqueteiro (BRAGA, 2012, p. 48-9).

Assim, os jovens piqueteros levaram elementos da crítica juvenil à mobilização do lumpemproletariado. A mobilização juvenil no movimento piquetero não foi resultado de uma ação dos jovens lumpemproletariados no seio do movimento juvenil, ao contrário, foi uma ação dos jovens lumpens no interior do movimento de classe do lumpemproletariado, e essa ação foi facilitada porque o pertencimento do jovem às classes é via família, ou no caso dos jovens excluídos da escola que são ressocializados, entre outras instituições, através do trabalho, assim, quando as condições de reprodução da vida através do trabalho foi impossibilitada a esses jovens, a única alternativa foi acompanhar sua classe social. Contudo, como veremos não foi uma submissão completa à classe, e na medida em que elementos da condição juvenil acompanharam os jovens, eles levaram esses elementos para o movimento da classe, ainda que subordinados a ela.

Os estudos sobre o setor juvenil no movimento piquetero são escassos, a análise de Lisandro Braga é um dos raros trabalhos em português, e mesmo na Argentina os estudos sobre esse tema são escassos. Utilizamos aqui algumas ideias apresentadas por Analía Otero (2014), que realizou várias pesquisas sobre o tema. Para Otero, as relações familiares e de vizinhanças introduziram os jovens no movimento. A inserção precária e

instável no trabalho, que acabou por deixá-los desempregados, eram os elementos comuns de identidade ao movimento piquetero, e que trouxe os jovens dessas famílias para o núcleo do movimento. Segundo Otero:

Como corolario subrayaba entonces que estos jóvenes de sectores pobres urbanos que establecían vínculos frágiles con el mercado de trabajo, padeciendo los efectos de un proceso de segregación residencial y de baja calidad de los servicios percibidos, menguaron este progresivo aislamiento social a través de la adscripción en la organización de trabajados desocupados. Mientras que este colectivo constituía un ámbito en el que era posible generar un sentido compartido de problemáticas comunes, estrechar vínculos con la comunidad territorial y afianzar posiciones e identificaciones, además de mediatizar la obtención de subsidios sociales (OTERO, 2014, p. 8-9).

A participação juvenil no movimento piquetero teve o caráter peculiar de ser realizada pelos jovens da própria classe marginalizada, e que se fazia a partir das próprias relações no bairro. Nesse movimento, os jovens tiveram importante papel e, com a ausência de organizações burocráticas, puderam colocar-se em pé de igualdade com os demais participantes:

Na divisão de tarefas efetuadas entre os integrantes de cada agrupação, quando são criadas as diferentes comissões que se encarregam da segurança, das relações com a imprensa, da biblioteca, dos refeitórios, das oficinas, de organizar atividades para arrecadar fundos, os mais jovens sempre cumprem alguma função importante. Muitos optam por militar nas comissões de segurança, em que canalizam seu espírito de rebeldia e alimentam uma nova mística em seus enfrentamentos com as forças repressivas do Estado. Nos cortes eles podem demonstrar sua coragem e exteriorizar o profundo ódio que sentem pela polícia, única e perversa dimensão para eles visível da estatalidade, a que conhecem a partir das perseguições de que são objeto, levadas a cabo quase diariamente pelos agentes policiais do “mete bala” (gatillo fácil), dos fuzilamentos, da tortura e da permanente discriminação por “portación de cara”. Mas os adolescentes e vinteaneiros não servem apenas de frente de choque para parar a repressão. Vários deles tem alcançado lugares importantes na direção do movimento, protagonizando as instâncias de debate político e tomada de decisões. São muitas as agrupações encabeçadas por militantes com menos de 30 anos, principalmente as independentes, aquelas que rejeitam qualquer relação orgânica com partidos e sindicatos (VITULLO apud BRAGA, 2012, p. 49).

Na participação, os jovens foram os que trouxeram determinados temas para dentro da organização, tais como as relações igualitárias, como analisa Otero:

La experiencia en el movimiento, habilitaba reflexionar sobre dimensiones vinculadas a las características propias del “trabajador” de antaño, pues ese “tipo” aludía a la formación de un perfil de trabajador, obediente con respecto a la escala piramidal, orientado en función del esfuerzo personal, a la luz de un proceso de disciplinamiento creador del espacio rutinario. En rigor, ese carácter orientador de la acción en el ámbito laboral, obviamente, no gobernaba la experiencia cotidiana de los jóvenes dentro del MTD, donde primaba el intento por acentuar las acciones colectivas en términos de “igualdades”. Desde allí la mixtura generacional era un intercambio “novedoso” y complemento fructífero, pero también limitado sobre todo por tratarse de emprendimientos productivos de corto alcance (OTERO, 2010, p. 129).

Percebemos aqui a diferença concreta entre as ramificações do movimento estudantil com trajetória externalista, que devido a origem policlassista dos estudantes estão sob hegemonia das várias classes sociais, tanto os “caras-pintadas” quanto a campanha *Yo Soy 132* e o setor juvenil do movimento piquetero, que atuando junto com sua classe, pode trazer para dentro do movimento objetivos que lhes são próprios e articulados com os objetivos genéricos da classe. Essa possibilidade existe em algumas ramificações do movimento estudantil, contudo, somente naquelas que estão conscientemente orientadas para tal objetivo; o conjunto do movimento estudantil encontra-se limitado por barreiras de classe intransponíveis.

Considerações Finais

A reconstituição do processo de surgimento e ampliação dos movimentos estudantis na América Latina em pleno contexto de neoliberalismo é uma tarefa importante a ser realizada pelos pesquisadores comprometidos com a história e com a mudança social desse continente. Perceber a unidade em meio a diversidade dos processos locais possibilita que processos futuros se tornem perceptíveis para a ciência social, bem como torna possível a realização da crítica ao pensamento social conservador, que busca consolidar a visão de que não há saídas e alternativas para o continente latino-americano que não seja se render ao avanço do neoliberalismo e, ainda mais: perceber, no movimento de mudança, o surgimento de forças contrárias, contestadoras. A atual mobilização dos estudantes em diversos países do continente aponta para esta percepção da mudança, percepção da contestação, bem como possibilitar atuar de forma consciente e crítica. Por outro lado, perceber fenômenos correlatos à mobilização juvenil, como a mobilização do jovem piquetero, auxilia a compreender tendências que existem dentro de processos sociais mais amplos que envolvem os estudantes e os jovens excluídos da escolarização.

Referências

BRAGA, Lisandro. *Lumpemproletarização Juvenil e Contestação Social na Grande Buenos Aires*. Revista Em Debate, Florianópolis, jul.-dez. 2012.

CONCEIÇÃO, Marcus Vinícius. *Reflexões sobre o movimento estudantil e o Maio de 68*. VIANA, Nildo (org.) *O Movimento Estudantil em Foco*: Goiânia: Edições Redelp, 2016.

CARAS PINTADAS. *Verbetes*. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/caras-pintadas>. Acessado em 25/11/2019.

CUBIDEZ, Juliana. *Movimientos juveniles contemporáneos en América Latina: juventud y política en la encrucijada neoliberal*. Buenos Aires: Clacso, 2014.

DIAS, Luiz Antonio. *Política e Participação Juvenil: os “caras-pintadas” e o movimento pelo impeachment*. Revista História Agora: a revista de História do Tempo Presente Ed: nº 4, 2008.

MISCHE, A. *De estudantes a cidadãos*. In Revista Brasileira de Educação, São Paulo, nº 5/6, 1997.

OTERO, Analía. *Jóvenes urbanos de sectores populares y movimientos sociales. Repensando la participación juvenil bajo una vía diferente*. In Revista Margen Nº 73, junio 2014.

ROMERO, Raúl. *Y sin embargo se mueve. Apuntes sobre el movimiento estudiantil mexicano entre 2010 y 2014*. In Revista El Cotidiano. UAM. Enero/febrero 2018.

SOARES, Laura Tavares R. *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Tese. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 1995.

TORRES, Rodrigo. *Juventud, resistencia y cambio social: el movimiento de estudiantes secundarios como un “actor político” en la sociedad chilena post-Pinochet (1986-2006)*. (Axe XI, Symposium 40). Independencias - Dependencias - Interdependencias, VI Congreso CEISAL 2010, Jun 2010, Toulouse, Francia

VIANA, Nildo. *Os Movimentos Sociais*. Curitiba: Editora Prismas, 2016a.

_____. *Movimento Estudantil, dualidade reivindicatória e entrelaçamento reivindicativo*. VIANA, Nildo (org.) O Movimento Estudantil em Foco: Goiânia: Edições Redelp, 2016b.

Resumo: o objetivo deste artigo é o de apresentar e refletir sobre formas de luta do movimento estudantil e do movimento juvenil. A instituição escolar é o ponto de referência para analisar a situação juvenil, quer seja enquanto estudantes, ou enquanto jovens marginalizados do processo de escolarização. Sobre o movimento estudantil apresentamos as mobilizações internalistas e externalistas, considerando a instituição escolar como ponto de referência para analisar a mobilização estudantil. Sobre a juventude não-escolar refletimos sobre os jovens piqueteiros que se mobilizaram na Argentina, considerando esta expressão de mobilização juvenil vinculada unitariamente a uma base social de classe, o lumpemproletariado.

Palavras-chave: juventude, estudantes, formas de mobilização.

Resumen: El objetivo de este artículo es presentar y reflexionar sobre las formas de lucha del movimiento estudiantil y del movimiento juvenil. La institución escolar es el punto de referencia para analizar la situación de los jóvenes, ya sea como estudiantes o como jóvenes marginados en el proceso de escolarización. Sobre el movimiento estudiantil presentamos las movilizaciones internalistas y externalistas, considerando la institución escolar como un punto de referencia para analizar la movilización estudiantil. En la juventud no escolar, reflexionamos sobre los jóvenes piqueteros que se movilizaron en Argentina, considerando esta expresión de movilización juvenil vinculada a una base de clase social, el lumpemproletariat.

Palabras clave: juventud, estudiantes, formas de movilización.

*Recibido em: 05/11/2029

*Aceito em: 15/12/2019.